

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

A Previsão Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosas (PECLD) são classificados quando os mesmos chegam a um período superior a 180 dias sem o seu efetivo recebimento e não há nenhuma expectativa de liquidação por parte, conforme leis ordenam o assunto para o reconhecimento da previsão em consonância com o CPC 38.

a) Posição sintética de direitos creditórios relativa às operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Direitos creditórios a receber	8.175.067	5.790.676
(-) PECLD	(449.889)	
Total de direitos creditórios a receber	7.725.178	5.790.676

b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Períodos em dias	A vencer	Vencidos	Total
até 30 dias	5.025.066	1.694.090	6.719.156
de 31 e 60 dias	1.447	701.090	702.537
de 61 e 90 dias		303.486	303.485
Acima de 180 dias		449.889	449.889
Total Geral	5.026.513	3.148.555	8.175.067

7) Imobilizado

A conta "Imobilizado" é composta por:

Descrição	31/12/2018				31/12/2017
	Taxa	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Móveis e utensílios	10%	1.757	(732)	1.025	1.376
Imóveis		1.300.000		1.300.000	
Total do Imobilizado		1.301.757	(381)	1.301.025	1.376

8) Obrigações tributárias

A conta "obrigações tributárias" está relacionada aos impostos apontados abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ a recolher	174.846	11.712
CSLL a recolher	71.584	5.262
COFINS a recolher	4.338	2.488
PIS a recolher	705	404
ISS a recolher	3.828	3.733
Retenção 4,65%		84
IRRF s/serv terceiros ou comissões	148	161
Total obrigações tributárias	255.449	23.844

9) Obrigações trabalhistas e sociais

A conta "obrigações trabalhistas e sociais" é composta por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IRRF a Recolher	1.262	902
INSS a Recolher	6.425	5.545
FGTS a Recolher	1.959	1.677
Contribuição Sindical	1.215	657
Salários	11.080	9.450
Provisão de Férias	28.627	25.615
INSS s/ Férias	8.073	7.223
FGTS s/ Férias	2.290	2.049
Total de obrigações trabalhistas	60.931	53.118

10) Títulos e valores mobiliários

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 09 de setembro de 2015, onde foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 240 (duzentos e quarenta) meses. As debêntures farão jus à participação nos lucros antes dos impostos, excluídos os valores de equivalência patrimonial, na proporção de 50% (cinquenta por cento) destes, sendo devida mensalmente à medida que o lucro for sendo auferido, até a data de vencimento das debêntures. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

De acordo com as características supracitadas, as debêntures estão assim relacionadas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Emissão de debêntures	3.732.517	3.732.517
Remuneração de debêntures	7.402.192	3.834.982
(-) Provisão P/ Perdas com Debêntures	(437.534)	
Total títulos e valores mobiliários	10.697.175	7.567.499

11) Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.000.000 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva Legal - Constituída na forma da Lei 6.404/76 e do Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, respeitando a destinação de 5% do lucro do exercício e o limite de 20% do Capital Social Integralizado.

12) Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, dispostas abaixo:

Descrição (em reais)	31/12/2018	31/12/2017
Receitas operacionais	974.600	792.933
Receita de Securitização	3.433.696	2.493.383
Receita de Prestação de Serviços	1.243.113	885.930
(-) Custo de captação de recursos	(3.567.210)	(2.473.463)
(-) Custo de Prestação de Serviços	(22.285)	(25.533)
(-) COFINS	(186.181)	(136.305)
(-) PIS	(30.254)	(21.800)
(-) ISSQN CURITIBA	(62.154)	(44.295)
Crédito COFINS	142.688	98.939
Crédito PIS	23.187	16.078
Despesas operacionais	(685.709)	(594.661)
Despesas Gerais e Administrativas	(321.846)	(338.583)
Despesas com Pessoal	(363.863)	(256.078)
Resultado operacional líquido	288.891	198.272

13) Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras	532.861	384.868
Juros	516.811	369.836
Varição monetária ativa	10	97
Rendimento aplicação financeira	16.040	14.934
Despesas Financeiras	(38.724)	(17.751)
Juros	(85)	
Descontos concedidos	(12)	
Juros/Multas s/ tributos	(95)	(17.751)
Encargos S/ Empréstimos e financiamentos	(38.532)	
Resultado financeiro líquido	494.137	367.117

14) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2018, bem como os critérios para sua valorização, estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 10): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2018.

Curitiba - PR, 13 de março de 2019

Luiz Malucelli Neto
Diretor Presidente

Pietro Roderjan Malucelli
Diretor Vice Presidente

Rogério Luiz Cavallari
Tec. Contábil CRC/PR nº 29775

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Luiz Malucelli Neto**, brasileiro, empresário, divorciado, nascido em 14/04/1961, portador da cédula de identidade RG nº 1.435.624-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 392.305.209-00, residente e domiciliado a Rua Capitão Souza Franco, 965 AP 82, bairro Batel, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, CEP: 80730-420, **Diretor Presidente da SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Padre Anchieta, nº 303, bairro Mercês, CEP: 80410-030, inscrita no CNPJ/MF sob nº22.495.265/0001-40, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob NIRE 41300093377 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras do período de 31 de dezembro de 2018; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 21 de março de 2019.

Curitiba - PR, 21 de março de 2019.

Luiz Malucelli Neto
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Pietro Roderjan Malucelli**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 14/04/1997, portador da cédula de identidade RG nº 8.273.411-2 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 081.583.759-36, residente e domiciliado a Rua Capitão Souza Franco, 965 AP 82, bairro Batel, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, CEP: 80730-420, **Diretor Vice-Presidente da SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Padre Anchieta, nº 303, bairro Mercês, CEP: 80410-030, inscrita no CNPJ/MF sob nº22.495.265/0001-40, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob NIRE 41300093377 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras do período de 31 de dezembro de 2018; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 21 de março de 2019.

Curitiba - PR, 21 de março de 2019.

Pietro Roderjan Malucelli
Diretor Vice-Presidente

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da:

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional,

foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 10)

A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício a Companhia não efetuou emissão de debêntures. Essas emissões precisam ser devidamente registradas nos Órgãos Específicos e também publicadas no Diário Oficial e jornal de grande circulação, quando realizadas. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise de todos os documentos relacionados a emissão de debêntures, verificando os procedimentos corretos para que essas debêntures estejam devidamente lastreadas em direitos creditórios, bem como, analisamos a remuneração das debêntures para a data base de 31 de dezembro de 2018.

Valorização de instrumentos financeiros (Nota explicativa 14)

As operações da companhia são voltadas à aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários, emissão e colocação de títulos e valores mobiliários, cessão e reavaliação dos direitos creditórios, prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos. Entendemos que estas operações expõem a companhia, a riscos de perdas financeiras, decorrente da aquisição de créditos que possam incorrer em inadimplência e consequente perdas financeiras. Com objetivo de reduzir a respectiva exposição a perdas, a companhia possui um ambiente de controles internos, voltados a análise de créditos e confirmações de operações, com critérios predefinidos para aquisição de recebíveis, bem como o monitoramento constante da carteira dos respectivos recebíveis pela gestão da companhia, visando assim, minimizar a possibilidade de aquisições de crédito cuja liquidez seja duvidosa ou sem lastro. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de análise de crédito, gestão e reconhecimento e classificação desses instrumentos financeiros. Obtivemos o relatório financeiro analítico de todos os recebíveis em aberto na data base de 31 de dezembro de 2018, onde promovemos testes relacionados a idade dos respectivos, títulos e testes de liquidações subsequentes. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado
Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2018 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 21 de março de 2019.

Audifactor Auditores Independentes S/S

CRC/PR 005560/O-1 T-SC

Sidnei Moratelli - Sócio Responsável

Contador - CRC/SC - 19.206/O-7 "S" PR

Audifactor Auditores Independentes S/S

CRC/PR 005560/O-1 T-SC

Juliano dos Santos Machado - Sócio

Contador - CRC/PR - 051229/O-8

grpcom
GRUPO PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO

98 fm

SE É POP
TÁ NA 98.

**POP É
SE DIVERTIR**

**DE SEG A SEX
12H-13H**

**SINTONIZE
98,9 fm**

